

PLANEJAMENTO URBANO E TERRITÓRIO VIVIDO: CONSTRUINDO UM IDEAL DE CIDADE VERDE

Nicole Cerci Mostagi (UEL) - nicole_cerci@hotmail.com

Sonia Regina Vargas Mansano (UEL) - mansano@uel.br

Resumo:

O presente estudo busca compreender como a cidade de Maringá, localizada no norte do Paraná, empenhou-se na construção de um ideal de cidade verde em seu processo de urbanização. Adotando uma perspectiva qualitativa e exploratória, o estudo foi dividido em três momentos: primeiro, é apresentado um breve panorama histórico das primeiras décadas de colonização e planejamento da cidade estudada. Em seguida, são analisados os critérios de ocupação territorial das décadas subsequentes e o desenvolvimento das atividades econômicas. Por fim, destacamos quais os efeitos subjetivos da expansão das campanhas publicitárias voltadas para disseminação do ideal de cidade verde, bem como as dificuldades ecológicas emergentes no que se refere ao território vivido. Como conclusão parcial, constatamos que o ideal de cidade verde, disseminado por meio de campanhas publicitárias, não foi suficiente para implicar a população com os desafios advindos do crescimento populacional e econômico, especialmente no que se refere ao cuidado com o meio ambiente.

Palavras-chave: *Urbanização, Território vivido, Meio ambiente*

Área temática: *GT-02 O Lugar do Espaço nos Estudos Organizacionais: Espacialidades, Materialidades, Territorialidades*

Introdução

As sociedades modernas têm sua referência no indivíduo que participa e interage com o tempo e o espaço urbano, transformando as relações sociais, a natureza e a história. Essas transformações, em parte, ocorrem pela utilização da natureza como forma de produzir e reproduzir os modos de viver. Assim, as cidades modernas não são nem totalmente naturais nem artificiais, mas envolvem uma construção social multidimensional da qual participam diferentes agentes.

Tomando em análise a problemática da vida nas cidades, esta pesquisa tem por objetivo compreender a história da cidade de Maringá, localizada no interior do estado do Paraná, que é considerada referência na questão do trato com a natureza, sendo denominada como cidade verde. A construção do espaço geográfico é compreendida como território usado. Conforme afirma Bernardes e Zerbini (2004, p.255), “este [território usado] é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas”. Assim, partimos da perspectiva de que o território usado é um espaço complexo, no qual se manifestam relações complementares e conflitantes (BERNARDES; ZERBINI, 2004). Voltando o olhar à referida cidade, percebem-se essas relações complexas, uma vez que sua construção ocorreu, primeiramente, pela destruição de sua riqueza natural composta pela Mata Atlântica para, em seguida, dar início à construção de um espaço urbano onde as árvores constituíram sua representação social de “cidade verde” (BOVO, AMORIM, 2012).

Para avançar nessa análise, o artigo foi dividido em três momentos. Primeiramente, será apresentado um breve panorama histórico das primeiras décadas de colonização e desenvolvimento do norte do estado do Paraná, destacando o planejamento da cidade estudada e suas principais características. Em seguida, serão analisados os critérios de ocupação territorial das décadas subsequentes e o desenvolvimento das atividades econômicas, com os primeiros ensaios que mostram a construção da imagem de uma cidade verde. Por fim, destacaremos a expansão das campanhas publicitárias que colocaram a cidade no panorama nacional, bem como as contradições entre as intervenções midiáticas e a realidade social da população - que não necessariamente vivencia no cotidiano o que é apresentado nesse conjunto de imagens.

Cabe salientar que a presente pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória buscou, por meio de documentos de domínio público e literatura especializada, manter-se próxima da realidade social estudada, adotando a abordagem de Minayo (2001, p. 14) para quem “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças,

valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações”. A cidade de Maringá, então, será analisada a partir da perspectiva qualitativa acima descrita de modo a compreender de quais modos vem sendo subjetivada a qualificação de “cidade verde”.

Início da construção de Maringá: um breve panorama histórico

A colonização da região norte do Paraná aconteceu por meio de ações da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) em parceria com o governo do Estado, a fim de desenvolver e fomentar a produção agrícola da região, tendo como o café como principal cultivo. Tratava-se de uma organização que dividia as terras em pequenas ou médias propriedades, para favorecer a produção familiar e facilitar a comercialização, seja das terras, seja de sua produção agrícola. O processo de colonização trouxe diversas vantagens à região. Isso foi indissociável, entretanto, de uma série de questões ambientais como “a dizimação da floresta, a prática de queimadas prejudicando, sobretudo, o solo, a contaminação da água e do solo pelo uso de agrotóxicos e o desrespeito à legislação ambiental” (CHIES, YOKOO, 2012, p.28), naquele momento bastante frágil.

No final da década de 1930, iniciou-se o povoamento da área, possibilitando o surgimento de diferentes cidades do norte do estado, visando à exploração agrícola e o estabelecimento do núcleo urbano na região. Na década de 1940, foram erguidas as primeiras edificações urbanas e essa área ficou conhecida como Maringá Velho. Em 1947, a CTNP decretou oficialmente que Maringá seria um distrito da cidade de Mandaguari, sendo que, à época, essa definição foi considerada bem sucedida sob o ponto de vista econômico. Contudo, vale ressaltar a ocorrência da retirada da vegetação original de toda região. Originalmente coberta pela mata pluvial-tropical e subtropical, a região de Maringá teve, em seu processo de ocupação, a cobertura florestal praticamente eliminada (MAACK, 1968). Grande parte das espécies foi praticamente dizimada: “a região de Maringá era, originalmente, coberta pela floresta [...], abundante em espécies [...] que foram dizimadas na primeira metade do século com a colonização, a expansão da cultura cafeeira e a descoberta de seu potencial econômico para a construção civil” (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009, p.30).

Após a devastação, em 1947, Maringá foi projetada pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, que desenvolveu o esboço da cidade tendo como referência a ideia de uma cidade jardim. Sua característica principal era o traçado orgânico do espaço físico que desenhava o sítio urbano, mantendo-o adequado à topografia, à rede hidrográfica e ao clima. Para tanto, os construtores tomaram como referência dois fatores já consolidados: a já construída linha

férrea no sentido leste-oeste e os dois vales posicionados ao sul da região, que foram delimitados como parques urbanos, preservando as duas nascentes que ali existiam.

Já em relação à arborização da cidade de Maringá, em 1949 foi elaborado um anteprojeto (de cidade jardim) que ficou sob a responsabilidade do paisagista Dr. Luiz Teixeira Mendes, cuja tarefa era providenciar a rápida arborização. A cidade, até aquele momento, era marcada pelas queimadas e desmatamentos, fato que a desqualificava como possibilidade de moradia. Para transformar essa prática, foi difundida uma imagem de cidade atraente com vegetação nativa e exótica, tanto que “a construção da cidade implementou a arborização urbana como ‘decoração natural’” (REGO, 2001, p. 1576). O intento do anteprojeto da cidade, segundo o urbanista Jorge de Macedo Vieira, era que “a população do futuro pudesse conhecer a vegetação da época da colonização e também para que a cidade jamais viesse a sofrer com problemas de poluição” (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009, p.31). Tal arborização, porém, foi realizada tendo como norteadoras as questões econômicas, para atrair novos moradores e turistas, e não o melhoramento do meio ambiente no espaço urbano. O projeto foi concretizado a partir de uma abordagem estética, tendo em vista que tinha o fim de atrair mais migrantes e diminuir o êxodo na região. Esse êxodo ocorria pelo fato de esta ser uma região com “pouca umidade relativa do ar, de poeira de ‘terra roxa’, e que após a colonização, os ventos ficaram mais fortes e a harmonia da vida em Maringá estaria abalada” (DUBIELA, 2003, p. 34).

No decorrer da década de 50, “formou-se a área urbana - a cidade em si, ou seja, houve a ocupação do espaço vazio e a consolidação do plano-piloto” (MANSANO, 2013, p. 87). Até esse momento, a CMNP (Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná) assumiu a responsabilidade por administrar a arborização da cidade, sem ônus para a administração pública municipal. Nessa década, o cultivo do café foi um determinante para o crescimento da economia norte paranaense até aproximadamente 1959, chegando a produzi “1.617.923 toneladas ou 98,94% do total da produção estadual, caracterizando-se como a maior região produtora brasileira de café naquele momento” (FRESCA, 2004, p. 53).

Na década seguinte, a cidade passou por diversas mudanças em sua urbanização. Foi quando “formou-se um cinturão urbano em volta do plano-piloto, formado por novos bairros já loteados sobre a área rural, ou seja, ocupou-se a área suburbana” (MANSANO, 2013, p. 87). Percebe-se que o crescimento e desenvolvimento vertiginoso da região se deram pela construção da estrada de ferro e a produção do café que, além de trazer riquezas para os produtores, absorvia mão de obra para um trabalho manual, fato que favoreceu, em larga medida, seu crescimento. Nesse primeiro momento, o processo de ocupação e colonização

ocorreu de forma organizada, sendo amplamente controlado pela CMNP. Com isso, a cidade “desponta como exemplo de padrão urbanístico, vinculando-o ao nome de cidade-jardim” (CORDOVIL, 2007, p. 6).

A partir da década de 1960, a região norte do Paraná transformou-se “em uma agropecuária moderna, subordinada ao padrão de acumulação industrial, com vinculações às agroindústrias extremamente dinâmicas” (FRESCA, 2004, p. 215). Nesse momento, as lavouras de café sofreram uma grave crise e a base econômica passou gradativamente para a produção de soja e trigo. Com a mudança na produção agrícola, notou-se também uma mudança na concentração da população urbana e rural. Mesmo com o declínio do café em função do clima, na década de 1960, a cidade manteve-se como polo migratório, registrando outro processo: a cidade se verticalizou, mantendo um núcleo central de edifícios, favorecendo o crescimento econômico com a diversidade que envolvia agora o comércio, a agroindústria e agricultura.

O desenvolvimento e crescimento de uma cidade podem gerar a degradação ambiental ou a destruição de ecossistemas inteiros. Zamuner (2001, p.18) diz que “com o processo de urbanização em uma cidade aumenta-se a demanda de água, o nível de resíduos líquidos e a contaminação nos corpos d’água que circundam a região urbanizada”. Isso gera um aumento nas áreas de desequilíbrio ambiental, “que surgem por meio das alterações ambientais que o homem faz no meio em que vive” (ZAMUNER, 2001, p.18). A cidade de Maringá, dado que experimentou um crescimento desordenado, também sofreu os efeitos do processo descrito pelo autor.

Com o decorrente crescimento populacional, foi necessária uma legislação urbanística municipal realizada por meio do Código de Postura e Obras, regulado pela lei n.º 35 de 1959. As orientações formuladas por essa lei atentam para “o caráter especulativo do espaço urbano, ao propor a expansão sem limites do perímetro urbano e uma verticalização exagerada nas zonas comerciais, principalmente” (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, s/p.). Ela também orientava para a anexação indiscriminada dos novos loteamentos no perímetro além do espaço urbano. Tal fato produziu efeitos na distribuição dos prédios comerciais que determinou o uso das avenidas principais. Essa lei pode ser considerada a primeira que enfatizou a configuração espacial da cidade no âmbito legislativo municipal e refletiu na conformação da paisagem urbana da cidade (ANDRADE; CORDOVIL, 2008)

O crescimento horizontal da cidade impulsionou, após quase uma década, a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento. Esse plano foi instituído pela lei n.º 621 de 1968. Essas duas legislações (Código de Postura e Obras e Plano Diretor de Desenvolvimento) serviram

como diretrizes para a preservação ambiental e como um importante indicador de alguns instrumentos legais orientadores da ocupação urbana que se verificou a partir desse momento. Ambas tiveram relevância para a configuração das primeiras expansões do plano inicial e para as mudanças nos parâmetros urbanísticos, que contribuíram para reformulações propostas pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira. Este desenvolveu o desenho da cidade tendo como referência a continuidade da ideia de implementação da cidade jardim. Pode-se dizer que o discurso de cidade jardim e arborizada “vem sendo consolidado nas diversas transformações realizadas no espaço urbano de Maringá. Os temas recorrentes são cristalizados, tanto através de propagandas [...] como espacialmente, em decisões para a expansão da cidade e em projetos urbanos” (CORDOVIL, 2007, p. 83).

A cidade continuou, na década 1970, sendo um polo migratório e, para isso, diversificou sua economia para o plantio de grãos, comércio, serviços e agroindústrias. Apesar desse crescimento não esperado para as décadas de 1960 e 1970, a cidade possuía um sistema viário com amplas avenidas, uma vasta arborização e uma preocupação com os fundos de vale, córregos e nascentes. Também ocorreu um reflorestamento urbano com a utilização de espécies nativas e exógenas nas vias públicas e praças, com o intuito de diminuir o calor, a poeira e, principalmente, melhorar a estética urbana, que foi impactada pelo desmatamento inicial. Essa roupagem tinha como propósito difundir uma imagem de cidade esteticamente planejada, com árvores que floresciam durante todo o ano. Desse modo, é notável o objetivo de consolidá-la como “cidade verde”.

No final da década de 1970, porém, a população urbana ultrapassava os 120.000 habitantes, indicando um potencial de crescimento surpreendente que, não tendo sido previsto nas legislações municipais, levou à consolidação de uma malha urbana fragmentada e descontínua. Nesse contexto de ampliação demográfica, foi instituído o Plano de Diretrizes Viárias, de 1979, que foi considerado o mais importante plano de expansão da cidade. Assim, “em conformidade com a ideia das estruturas lineares do Plano Diretor de 1967, o Plano de Diretrizes Viárias de 1979 instituiu, de fato, os corredores verdes ao longo dos córregos, [...] limitados por vias que se chamaram paisagísticas” (MENEGUETTI; REGO; BOLETO, 2009, p. 36).

O Plano de Diretrizes Viárias de 1979 evidenciava, em sua elaboração e implementação, alguns desafios que envolviam a tentativa de harmonizar a ocupação urbana com as restrições ambientais, conciliar os interesses dos loteadores com a administração pública e lidar com as limitações técnicas. Sobre isso, Barbosa e Cornival (2014) salientam que os principais pontos elencados no plano foram: as soluções viárias, criação de vias

perimetral e preservação das áreas de fundos de vale. Nota-se, porém, que no decorrer desses primeiros quarenta anos de história, ainda existiam alguns obstáculos ao projeto de atrair a população para habitar a cidade, o que foi realizado mediante uma série diversificada de campanhas publicitárias empreendidas pelo governo municipal, como veremos a seguir.

Cidade verde: um empreendimento publicitário

Na década de 1980, com uma economia favorável e em conjunto com as legislações vigente, aconteceu “o auge da verticalização urbana” (MENEGUETTI; REGO; BOLETO, 2009 p.37), gerando corredores altamente edificados, o que desfavoreceu a imagem de cidade verde.

Esses discursos foram utilizados pelo governo municipal com o intuito de melhorar sua imagem e divulgar a cidade na esfera nacional como sendo caracteristicamente verde e atenta às questões do meio ambiente. Tais enunciados, com destaque na questão ecológica, disseminam a imagem de espaço estético agradável. Takahashi (1997, p 89) assinala: “À medida que a prefeitura foi se estruturando, assumiu essa responsabilidade, criando um Departamento denominado de Parques e Jardins, sob a orientação técnica da CMNP, que orientou a prefeitura até 1982”.

Os projetos urbanísticos que consideram o desenvolvimento do meio ambiente junto com o espaço urbano são considerados sustentáveis. Para Haddad (2002), “os projetos e os programas de desenvolvimento sustentável não apresentam falta de bases conceituais ou de estrutura organizacional para sua efetivação, mas sim, dificuldades político-institucional de aplicação” (*apud* PICOLI, BORGES, 2008, p. 121). Nesse sentido, a sustentabilidade converteu-se em um dos desafios históricos e políticos dos tempos atuais (LEFF, 2006). Assim, a problemática ambiental urbana é atualmente uma das grandes questões que marca presença no planejamento das cidades (LEONELLI, s.d).

Na década de 1990, com a intenção de implementar ações de gestão do meio ambiente, inclusive das águas, foi criado, por meio da lei nº. 2.948 de 1991, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA). Ainda que essa lei tenha sido aprovada, o conselho não entrou em funcionamento. A primeira lei instituída efetivamente sobre política ambiental da cidade foi a lei complementar nº 9 de 1993, que estabeleceu qual seria a política do meio ambiente, definindo competências e criando o Conselho Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Nota-se, assim, que as legislações e instituições atuaram para manter a ideia de “cidade verde”, bem como a qualidade de vida da população.

Nesse período, era evidente a preocupação em mostrar que a cidade proporcionava uma bela paisagem urbana, por meio de criação de locais para lazer. Porém, a diferença entre o ideal e a realidade ficou evidente. Apesar de a cidade possuir a estrutura urbana de uma paisagem arborizada e fazer disso um discurso de “cidade verde”, percebe-se que no seu sítio urbano a degradação do meio ambiente foi relevante, precisando, assim, desenvolver novas políticas urbanas.

Em 2001, um novo instrumento entrou em vigor no país, com o intuito de legislar sobre a gestão urbana: o Estatuto da Cidade. Previsto na Constituição de 1988, ele objetiva a regulação do uso do solo urbano em prol do bem coletivo. Com a promulgação do Estatuto da Cidade, por meio da lei n.º 10.257, com seus instrumentos urbanísticos e jurídicos, estabeleceram-se as diretrizes para efetivar a política urbana nacional, como também o processo de participação democrática. O Plano Diretor na cidade foi aprovado em audiência pública em julho de 2004, sendo considerado satisfatório tanto pela sociedade civil quanto pelos políticos (CARDOSO, FAGOLIN, 2006). Maringá foi a primeira cidade do estado do Paraná a implementar um sistema de discussão com participação popular com o tema: “A Cidade que eu quero”. Nota-se que as preocupações ambientais estão presentes no Plano Diretor, que se concentra nas políticas direcionadas e aplicáveis internamente e, principalmente, nas questões práticas relacionadas à urbanização (OLIVEIRA, 2011).

A cidade, atualmente, possui 11 Unidades de Conservação (GARCIA, 2002, p. 52). São 90 alqueires de matas nativas, distribuídos por 17 bosques e milhões de árvores de diversas espécies plantadas ao longo das ruas e avenidas. Isso totaliza 6.826.823 m² de área verde ou 25,94 m² por habitante (MARQUES, 2013). Pode-se dizer que o principal objetivo da política ambiental é a “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida” (BRASIL, 1981). Contudo, nota-se que nesses dezesseis anos de existência da política ambiental na cidade de Maringá, quase nada foi alterado. Tanto o espaço urbano quanto a população cresceram, todavia, a política ambiental do município não acompanhou essa mudança (KERKHOFF, 2010). Nesse sentido, as primeiras legislações ambientais surgiram para manter o simbolismo de “Cidade Verde”. Tal imagem, que foi “produzida pelo urbanismo, é um produto tanto das forças de mercado como do poder público” (KERKHOFF, 2010, p.82).

É notável que, na cidade de Maringá, o governo municipal elaborou e disseminou um discurso ecológico, valendo-se de campanhas publicitárias. Estas difundiam o ideário de cidade verde, ecológica, planejada, que prezava pela harmonia entre a natureza e os espaços urbanos construídos, dando evidência ao modelo de cidade jardim (concretizada na

arborização, nas praças e nos parques). A construção de tal imagem verde vem sendo institucionalizada pelo *citymarketing*.

A expressão *city-marketing* costuma soar, nos círculos politicamente não-conservadores, pejorativa. Existem, decerto, boas razões para isso, pois é fácil imaginar (e pode-se constatar) que, em não poucos casos, está-se diante de uma tentativa de construção de uma imagem ‘asséptica’ e certinha da cidade em questão, com o fito de atrair investimentos e turistas (SOUZA, 2002, p. 302).

Pode-se definir o *citymarketing* como um processo que articula a política urbana e as necessidades da população, compreendida como consumidora, que se desdobra em investidora, turista ou moradora. Com isso, busca-se agregar elementos positivos ao que é considerado desejável e ideal de cidade (RIBEIRO; GARCIA, 1996). Desse modo,

a imagem publicitária utilizada pelo Poder Público foi muito forte e dominadora, e transmitia aos cidadãos a ideia de uma cidade planejada e sem problemas. Nela se utilizam imagens belas, dando a noção de um paraíso que sobreviveu acompanhado do progresso. A “cidade verde” é o paraíso perfeito para as férias e o lugar apropriado para a aquisição de propriedades longe dos grandes centros poluidores (BOVO, 2009, p. 100).

O governo municipal foi aos poucos disseminando imagens e enunciados que, em larga medida, serviram para valorizar componentes subjetivos da natureza. Pode-se considerar que tais componentes produziram “efeito nos corpos e nas maneiras de viver. Tais efeitos difundem-se por meio de múltiplos componentes de subjetividade que estão em circulação no campo social” (MANSANO, 2009, p. 111). Isso é percebido desde a colonização do território, onde as companhias (CTNP/CMNP), que venderam os lotes iniciais da cidade, juntamente com os agentes imobiliários, utilizaram-se de propagandas que veiculavam um novo estilo de cidade que surgia no norte do Paraná, como por exemplo: “Nova Canaã”, “Eldorado”, e “Terra onde se anda sobre dinheiro” (GONÇALVES, 1999, p.118). Nessa perspectiva, Foucault assinala:

cada vez mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica (FOUCAULT, 2004, p. 94).

Pode-se dizer que a disseminação do ideal verde foi operacionalizada tática e estrategicamente para atingir tanto a população da cidade quanto ampliar sua visibilidade no estado e no país, concretizando uma geopolítica. Diante dessa disseminação, cabe

problematizar os reais efeitos das campanhas publicitárias na produção de um território vivido.

A dimensão subjetiva do espaço urbano: território vivido

As cidades são imensas máquinas de produção de subjetividades, individual e coletiva (GUATTARI, 2006). A organização das cidades produz e é produzida pelos sujeitos que nela habitam, os quais, com seus modos de viver e de se relacionar com o espaço, constroem o território vivido. Este é marcado por histórias, sentidos e encontros que têm nos processos de subjetivação seu maior motor. Para Koga, o espaço urbano é construído:

a partir da relação entre território e as pessoas que dele se utilizam. Esta indivisibilidade hoje se mostra com uma particularidade extremamente fecunda quando observamos a intensa dinâmica da população nos territórios. A relação inseparável entre território e sujeito ou população, permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas (KOGA, 2003, p. 35-36).

Nessa construção social do território vivido, que envolve também os projetos urbanos, busca-se inserir a natureza na paisagem cívica utilizando-se de árvores, parques e jardins, por meio dos quais é criada uma imagem mais favorável de onde se vive (SPIRN, 1995). Assim, a construção da imagem da cidade de Maringá aconteceu a partir do planejamento do Estado em favor de suas finalidades expansivas para a região. Nesse sentido, as ações realizadas pelo Estado ultrapassaram a simples aplicação coercitiva de um conjunto de leis sobre a população. O Estado passou a estar paulatinamente presente e constante na vida cotidiana dos cidadãos da Maringá, conciliando esforços no sentido de atentar para a qualidade de vida de sua população, ofertando postos e condições de trabalho, produção e consumo.

Um dos focos de intervenção do Estado nas cidades está na questão do meio ambiente. Embora os problemas ambientais urbanos não tenham surgido recentemente na cidade analisada, somente nas últimas décadas eles começaram a fazer parte da percepção pública. Assim, a institucionalização das questões ambientais e urbanas não surtiu efeito imediato e concreto na cidade, pois há um distanciamento considerável entre o discurso apresentado nas agendas e documentos oficiais advindos das conferências e acordos internacionais e a realidade socioambiental (SILVA; TRAVASSOS, 2008).

A maneira como o discurso ambiental e ecológico foi produzido e propagado em Maringá cooperou, em alguma medida, para instituir um reconhecimento e uma sensação de

que é possível viver em uma cidade ecologicamente planejada. Entretanto, os componentes subjetivos disseminados em um tempo histórico:

[...] ganham importância coletiva e são atualizados de diferentes maneiras no cotidiano de cada vivente. Por isso mesmo, eles podem ser abandonados, modificados e reinventados em um movimento de misturas e conexões que não cessa. Pode-se dizer, então, que os múltiplos componentes de subjetividade difundem-se como fluxos que percorrem o meio social, dando-lhe movimento (MANSANO, 2009, p. 111).

Pode-se dizer que na cidade de Maringá, o governo municipal criou e legitimou um discurso que teve como efeito parcial a disseminação de uma dada imagem do espaço urbano. Com o passar das décadas, porém, ela foi sendo readequada, ampliada e sofisticada, sempre pensando na construção do ideário verde a ser reconhecido e assumido pela população. Nesse sentido, é “através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, os lugares ganham sentido à medida que são vividos e percebidos e vão ganhando significados” (MENEGUETTI; REGO; PELLEGRINO, 2005, p. 169).

Exemplo disso pode ser encontrado na disseminação do discurso ecológico, presente em programas e projetos de paisagismo e urbanismo, com o intuito de eleger a árvore como símbolo de preservação ambiental e da cidade. Nesse sentido,

O slogan de ‘cidade ecológica’ e ‘cidade verde’ acaba com seu trocadilho de palavras, repetidas, em textos e imagens que geralmente trazem árvores floridas em paisagens urbanas bucólicas, criando significados que refletem a simbiose materializada da cidade de Maringá enquanto um espaço urbanístico bem sucedido [...] produzido pelos Gestores Públicos e por algumas categorias sociais dominantes política e economicamente, formam um corpus discursivo que busca reunir, convergir, instrumentalizar, comunicar, no signo da árvore, as condições representativas da ‘cidade ecológica’. São assim, injunções da normatividade social que acabam por produzir e reproduzir a narrativa urbana que escamoteia as mazelas sócio-ambientais através da representação social de uma ‘cidade verde’ (SILVA, 2006, p. 104, 105).

Essa construção do ideal de cidade, realizada pelo governo municipal com participação da esfera privada (principalmente do ramo imobiliário) e, até mesmo, pela população, visou, desde os primeiros anos, garantir um retorno lucrativo de investimento (TEODORO; AMORIM, 2010). A prática recorrente de realização de concursos para eleger os *slogans* da cidade evidencia a preocupação com a disseminação dessa imagem e o apelo pela participação populacional na concretização desse projeto. Várias campanhas publicitárias foram desenvolvidas e utilizadas pelo governo municipal por meio de jornais locais, cartazes e *folders*, retratando a cidade como um lugar paradisíaco e com muita riqueza natural, sempre visando à construção de um ideal de cidade verde. Alguns outros *slogans* adotados pelos

governos municipais foram: “Maringá, 50 anos – Um Mergulho no Paraíso Verde” (RCA-Vídeos Produções, 1997); “A Realidade em Concreto é Verde” (folheto-PMM); “Conheça Maringá, A Cidade Verde” (Folder-PMM), publicados em jornais da região.

A construção de um ideal advém de diferentes discursos, envolvendo as interações entre os sujeitos em um dado território vivido. Percebe-se que, com o passar do tempo, o discurso do governo municipal mantém, constrói e reconstrói esse ideal de cidade verde, qualidade de vida e cidade ecológica. Nesse sentido, Picoli e Borges (2008, p.122) complementam dizendo que as áreas verdes de Maringá,

[...] são mostradas à população como lugares ecologicamente corretos, algo de beleza admirável, mas não adianta ser belo e servir como marketing de crescimento da cidade se não há preservação. É finito, o verde acaba se não for devidamente preservado pelos órgãos públicos e a sociedade de um modo geral (PICOLI; BORGES, 2008, p 122).

Maringá foi crescendo sem considerar que os recursos naturais eram escassos desde sua fundação, precisando ser ampliados e preservados. Durante toda a sua história, no entanto, os governos tentam, por meio de diferentes campanhas publicitárias, construir uma imagem de cidade preocupada com o meio ambiente. Dessa forma, o interesse coletivo,

[...] não é, muitas vezes, auxiliado pela representação e intervenção do Estado, o qual não constitui sua melhor defesa; ao contrário, por meio da aparência equivocada e enganosa de garantia, proteção e defesa do interesse público estão os mecanismos estatais, interagidos, de uma forma obscura, com os do mercado imobiliário, que acabam ocasionando conseqüências contrárias às desejadas (TEODORO; AMORIM, 2010, p. 161).

Questionamos, entretanto, se esse empreendimento governamental foi suficiente para promover a construção e adesão ao ideal de cidade verde por parte da população. Desde o início, abordamos a cidade de Maringá como um território vivido, que é “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes [...] convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (SANTOS, 2000, p. 104 -105). É nesse espaço habitado, criado e transformado por meio de campanhas publicitárias, mas também pelo coletivo populacional, que o ideário verde se colocou lado a lado dos problemas ambientais. Diante das iniciativas (tanto advindas da elaboração de legislações quanto das publicidades) do governo municipal era notável que “absorvia-se a cada dia a ideia de que a arborização urbana era sinônimo de preservação e o fato de Maringá ser uma cidade arborizada, levava a crer que era ambientalmente correta” (KERKHOFF, 2010, p.100).

Os problemas ambientais, entretanto, emergem do crescimento e da ocupação do espaço urbano. Assim, é possível constatar que “o mau gerenciamento da drenagem urbana e

do saneamento básico confere às áreas verdes da cidade de Maringá, um grau de degradação muito grande, pois as águas pluviais estão conjugadas com ligações de esgoto cloacal clandestino” (ZAMUNER, 2001, p. 175). Além disso, Sapata (2006) assinala que a coleta seletiva de lixo da cidade foi implantada apenas em 1994 e realizada sem planejamento adequado. Dois anos depois, foi desenvolvido o Plano de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos (RecicLAção) que tinha como objetivo intensificar e otimizar a coleta seletiva do município. Porém, constata-se que as

unidades de caminhão coletor são atualmente insuficientes para atender todas as ruas dos bairros do município, causando atrasos na coleta e falta de atendimento em alguns dias quando ocorre imprevistos, tais como: i) problema mecânico no caminhão; ou, ii) quando o mesmo fica cheio de materiais tendo que interromper o trajeto e voltar para a balança para descarregar e fazer a pesagem (HIRAMA, SILVA, 2009, p. 23).

Mesmo como a realização do plano RecicLAção, no ano de 1998, apenas 0,58% dos resíduos sólidos da cidade passaram por algum processo de reciclagem (ANGELIS NETO, ANGELIS, 1999). Percebe-se, desse modo, que a vinculação da cidade com as questões ecológicas ainda mostra-se frágil. Exemplo disso é o lixão da cidade, onde os resíduos “se encontram depositados a céu aberto sem qualquer tratamento ou preocupação ambiental” (ANGELIS NETO, ANGELIS, 1999, p. 931). Segundo Consoni *et al* (1995) o lixão é inadequado, pois envolve simplesmente uma descarga sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde da população local. Assim, os autores acrescentam que “os impactos ambientais que ocorrem devido à etapa de destino final dos resíduos sólidos urbanos de Maringá estão relacionados a determinados problemas de gestão” (CONSONI *et al.*, 1995, p. 933). Tal dificuldade envolve não apenas a gestão dos resíduos, mas também na coleta de materiais recicláveis.

Com base nesses estudos acima mencionados, fica evidente que, paralelos às campanhas publicitárias, os problemas ambientais são praticamente negligenciados do conhecimento público. A população está mais informada sobre a imagem de cidade verde do que sobre os reais desafios a serem enfrentados tanto pelo cidadão no cotidiano (como a reciclagem de lixo, por exemplo), como pelo governo municipal (na gestão dos resíduos sólidos). Assim, pode-se dizer que o uso e a ocupação do espaço urbano do município são mais sistematicamente atravessados pelos discursos publicitários do ideal verde do que por práticas ambientais planejadas, difundidas e efetivadas.

Considerações Finais

As discussões em torno da problemática ambiental tiveram evidência na contemporaneidade em função do acelerado processo de urbanização que ocorreu em todo país, majoritariamente, de forma desordenada e precária. Consequentemente, alertava-se sobre a necessidade de maior controle por parte do Estado sobre o território das cidades, uma vez que o cuidado com a vida da população tornava-se uma tarefa cada vez mais multifacetada.

No decorrer desta pesquisa, buscou-se compreender a cidade de Maringá como um território vivido em sua interface com as campanhas publicitárias sistematicamente empregadas pelo governo municipal para difundir a ideia de uma cidade verde. Considerada jovem, atualmente com seus 80 anos de existência, percebe-se todo um esforço do governo municipal para fortalecer e disseminar o ideal verde tanto no espaço vivido quanto no âmbito do estado e do país.

Entretanto, no decorrer do estudo, encontramos vários problemas ambientais que não foram e não são apresentados à população como desafios a serem enfrentados. Em seu lugar, é notável que o governo municipal desenvolveu e divulgou sistematicamente propagandas e campanhas publicitárias que reforçaram a imagem de cidade verde, ressaltando a arborização e a qualidade de vida da população como uma forma de atrair investidores.

Paralelo a esse projeto de cidade verde, é possível encontrar certo descaso para com a preservação ambiental. Por esse motivo, Maringá torna-se uma espécie de “negócio territorial” que foi viabilizado por meio de campanhas que hipervalorizavam os espaços urbanos e ecológicos planejados, valendo-se de uma imagem que reforçava a qualidade de vida. O fato que é a produção de um espaço vivido vai além de intervenções midiáticas, implicando o enfrentamento coletivo dos desafios trazidos pelo crescimento populacional, os quais colocam em cena os problemas ambientais efetivos da cidade.

Referências

ANDRADE, C. R. M.; CORDOVIL, F. C. de S.. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as “requalificações urbanas”. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea] Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XII, n. 270 (53), 2008.

ANGELIS NETO, G.; ANGELIS, B. L. D. Impactos ambientais causados pelo destino final dos resíduos sólidos urbanos de Maringá. **Acta Scientiarum**, n. 21, v. 4, p. 929-940, 1999.

BARBOSA, L.C.; CORDOVIL, F.C. Plano de Diretrizes Viárias de 1979 para Maringá-PR: problemáticas, soluções e influências de sua preocupação ambiental. In: PEIXOTO, E.R.;

DERNTL, M.F.; PALAZZO, P.P.; TREVISAN, R. (Orgs.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo**: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

BERNARDES, A.; ZERBINI, A. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: BRANDÃO, M. A. (org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, (Coleção Pensamento Radical): 254-261, 2004. 319p.

BOVO, M. C. **Áreas Verdes Urbanas, Imagem e Uso**: Um Estudo Geográfico sobre a Cidade de Maringá/PR. Tese (Doutorado em Geografia - Produção do Espaço Geográfico) Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente, 2009.

BOVO, M. C.; AMORIM, M. C. C. T. A cidade verde, imagens e discursos: o caso de Maringá (PR) Brasil. **RAEGA**, Curitiba, v. 26, p. 100-127, 2012.

BRASIL. **LEI Nº 6.938**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 31/08/1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.

CHIES, C.; YOKOO, S. C. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. Campo Mourão: FECILCAM, v. 3, n. 1, p. 27-44, 1. sem. 2012.

CONSONI, A. J.; BENVENUTO, C.; PARZANESE, G. A. C.; SILVA, I. C.; ALBUQUERQUE, J. L.; CUNHA, M. A. Disposição final do lixo. In: JARDIM, N. S. (coord) et al. **Lixo municipal**: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: IPT/CEMPRE, 1995.

CORDOVIL, F. C. de S. O projeto urbano como propaganda: a construção da imagem da cidade de Maringá. **Pensar Maringá**: 60 anos de plano. Maringá: Massoni. 2007.

CORDOVIL, F. C. DE S. O Projeto Urbano como propaganda: a construção da imagem da cidade de Maringá. In: MACEDO, O. L. C. DE; CORDOVIL, F. C. DE S.; REGO, R. L. (Eds.). **Pensar Maringá**: 60 anos de plano. Maringá: Massoni, 2007b. p. 83-99.

DUBIELA, V. T. **Qual o nosso “destino” tropical?** Políticas públicas para os fundos de vales de Maringá – Pr. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: EdUEL, 2004.

GARCIA, Julio César. **Maringá Verde?** O desafio ambiental da gestão das cidades. Maringá: Eduem, 2006.

GONÇALVES, J. H. R. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte do Paraná – 1930-1970. In: DIAS, Reginaldo e GONÇALVES, J.H. Rollo (coords.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999, p. 88-121.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: 34, 2006.

KERKHOFF, J.A. **A Política Ambiental de Maringá como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise a partir da Legislação Ambiental Municipal.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, 2010.

KOGA, D. **Medidas de cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, H. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEONELI G. C. V. Sustentabilidade ambiental urbana: uma construção conceitual. In: **Colóquio de Transformações territoriais.** Anais eletrônicos, Curitiba, 2008.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná.** Curitiba: BADEP, 1968.

MANSANO, C. N. **O bairro do jardim Alvorada em Maringá/PR:** da colonização à expansão urbana. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, 2013.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110- 117, 2009.

MARQUES, W. L. **História de Cianorte:** sua regionalização. v. 3, Maringá: Vera Cruz, 2013.

MENEGUETTI, K. S.; REGO, R. L.; BELOTO G. E. Maringá – a paisagem urbana e o sistema de espaços livres. **Paisagem Ambiente:** ensaios, São Paulo, n. 26, p. 29-50, 2009.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, J. S. **O plano diretor nos municípios de Maringá, Paçandu e Sarandi:** planejamento público estratégico. 2011. Monografia (Especialização em Administração Pública), Universidade Estadual de Maringá, Sarandi, 2011.

PICOLI, S. S. G.; BORGES, L. Maringá: a cidade rotulada como “Cidade Verde”. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 1, n. 1, p. 111-126, jan./abr. 2008.

REGO, R. L. O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim. **Revista Acta Scientiarum**, Maringá: Eduem, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001.

RIBEIRO, J.; GARCIA, F. S. **Citymarketing e Curitiba:** cultura e comunicação na construção da imagem urbana. São Paulo: UFSCAR, 1996.

SANTOS, M. O papel ativo da Geografia, um manifesto. In: **Território**, ano V, n. 9, jul.- dez. 2000.

SAPATA. S. M. M. **Projeto Reciclação do município de Maringá.** SEMAA, Maringá: (Relatório técnico Situacional) 2006.

SILVA, C. A. M. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá-PR:** do espaço de floresta à cidade-jardim, representação da “cidade ecológica”, “cidade verde”. 2006. 229 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, L. S.; TRAVASSOS, L. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos Metrópole**, n. 19, p. 27-40, set. 2008.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPIRN, A.W. **O Jardim de Granito:** a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, 1995.

TAKAHASHI, L. T.; **A Arborização Urbana e a Distribuição de Energia Elétrica em dois Bairros da Cidade: Jardim Alvorada e Zona 5.** (Monografia especialista em Geografia do Estado do Paraná), Maringá, 1997.

TEODORO, P. H. M.; AMORIM, M. C. C. T. As múltiplas leituras sobre a produção do espaço urbano em Maringá/PR. **Geografia**, Londrina, v. 19, n. 1, 2010.

ZAMUNER, L. D. **Erosão urbana em Maringá/PR:** o caso do Parque Florestal dos Pioneiros – Bosque II. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá – UEM. Departamento de Geografia. Maringá, 2001.